

UM GRITO NO AR

Comunicação e Criminalização dos
Movimentos Sociais



Organizadoras

Elen Geraldes
Janara Sousa
Ruth Reis
Vanessa Negrini



Universidade de Brasília



FAC
LIVROS

Um grito no ar

Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais

Organizadoras

Elen Cristina Geraldês | Ruth de Cássia dos Reis

Janara Kalline Leal Lopes de Sousa | Vanessa Negrini



Copyright © 2017 by FAC-UnB

Foto Capa Daniel Castellano (Gazeta do Povo)
Agradecimentos Ângela Alves Machado
Diagramação LaPCom
Apoio Lizely Borges



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,
Brasília - DF, CEP: 70910-900, Telefone: (61) 3107-6627
E-mail: fac@unb.br

DIRETOR
Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA
Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldes, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e
Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Cíclia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard
Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti
(UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Crovi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo
Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng
(Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

SECRETARIA EDITORIAL

Vanessa Negrini

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

S725m

Um grito no ar – Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais /
organizadores, Elen Cristina Geraldes... [et al.] – 1. ed. – Brasília: FAC-UnB, 2017.
344 p.; 21,59x27,94cm.

ISBN 978-85-93078-24-8

1. Comunicação. 2. Movimentos sociais. I. Título.

CDD: 305.4

CDU: 305-055.2

DIREITOS CEDIDOS PARA ESTA EDIÇÃO PARA A FAC-UNB.
Permitida a reprodução desde que citada a fonte e os autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
ALEXANDRE MARCELO BUENO	9
MOVIMENTOS SOCIAIS E SEUS SIMULACROS	
ANA JÚLIA RIBEIRO	26
A MÍDIA QUER NOS COLOCAR PARA BAIXO	
ANINHO MUCUMDRAMO IRACHANDE	30
IDENTIDADE, REIVINDICAÇÕES E DIÁLOGO	
BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE	34
EM DEFESA DA REGULAÇÃO DA MÍDIA	
BRUNELA VINCENZI	47
PELAS NARRATIVAS DOS REFUGIADOS	
CARLA CERQUEIRA	52
MARCAS DA DITADURA EM PORTUGAL	
CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO	59
LUTA ÁRDUA, PENOSA E DURADOURA	
CICILIA M.KROHLING PERUZZO	65
MOVIMENTOS POPULARES ENTRE A OMISSÃO, A SUPERFICIALIDADE OU A CRIMINALIZAÇÃO DA MÍDIA	
CLAUDIA SANTIAGO GIANNOTTI	71
SÍNDROME DO PENSAMENTO ÚNICO	
DÁRIO BOSSI	76
DIREITOS AMBIENTAIS SÃO DIREITOS HUMANOS	
DEOLINDA CARRIZO	90
A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	
EDNA CALABREZ MARTINS	94
ENFRENTAMENTO DA INVISIBILIDADE DAS MULHERES	
ERIKA CAMPELO	108
DESCONSTRUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS SOBRE AS MINORIAS	
FRANCESCA GARGALLO	119
FEMINISMO COMO AÇÃO POLÍTICA	
FREI SERGIO ANTONIO GÖRGEN	134

TEMOS UMA CAUSA E NELA ESTÁ A NOSSA FORÇA	
GIOVANNI FELIPE ERNST FRIZZO	142
VALORIZAÇÃO DA IMPRENSA CONTRA-HEGEMÔNICA	
JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO GALIZA	150
CONVENCER A SOCIEDADE DE QUE NOSSAS PAUTAS SÃO VÁLIDAS	
JOSÉ VALDIR MISNEROVICZ	157
VALE A PENA LUTAR E SE ORGANIZAR	
KEILA SIMPSON	166
CIDADANIA DAS PESSOAS TRANS	
LAM MATOS	173
PRESSA DE VIVER DE FORMA DIGNA	
LYDIA ALPIZAR	179
DEFENDER AS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS	
MÁRCIO ZONTA	193
EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	
MARCOS WILLIAN CAMPOS DE OLIVEIRA	197
QUEBRANDO A BLINDAGEM DA MÍDIA TRADICIONAL	
MARIA EDUARDA DA ROCHA MOTA	206
TRABALHO DE BASE E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA	
MARIA LUCIA LOPES DA SILVA	217
RESISTÊNCIA AO PROJETO NEOLIBERAL	
MARINA POGGI	232
LA SOCIEDAD EN RED ACTUALIZA LOS MOVIMIENTOS SOCIALES E SUS LUCHAS	
MIGUEL STEDILE SOLANGE ENGELMANN IRIS PACHECO	242
COMUNICAÇÃO E ORGANICIDADE DO MST	
MÔNICA CUNHA	259
NÃO SE PODE MATAR NOSSOS FILHOS E NOS MANTER CALADAS	
OMAR CERRILLO GARNICA	265
ATIVISMO DIGITAL NO MÉXICO	
PRISCILA GAMA	272
AÇÕES AFIRMATIVAS CONTRA O RACISMO	
RAFAEL FORTES	277

AI DE QUEM QUEBRAR A VIDRAÇA DE UM BANCO	
RENATO JANINE RIBEIRO	288
A POLÍTICA PRECISA DE DIÁLOGO	
ROMERO JÚNIOR VENÂNCIO SILVA	298
A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ PRÓPRIA DOS TRABALHADORES	
ROUSILEY CELI MOREIRA MAIA	305
DESAFIOS DOS ATIVISTAS EM AMBIENTES SOCIAIS INTERCONECTADOS	
TÂNIA CRISTINA CRUZ	311
HOJE É MAIS DIFÍCIL DILUIR OU VIOLENTAR DIREITOS POPULARES	
TÂNIA MARIA SILVEIRA	316
QUALQUER GRITO NO AR É UM INCENTIVO	
THIAGO APARECIDO TRINDADE	325
MOMENTO DE REARTICULAÇÃO E REAGRUPAMENTO DA ESQUERDA	
VAGNER FREITAS	337
SER VISÍVEL É QUESTÃO CENTRAL	
A CAPA	342
AS ORGANIZADORAS	343

“E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasce da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos”,

PAULO FREIRE (Pedagogia do Oprimido)

“Perseguir quem se mobiliza é uma maneira de tentar manter as pessoas em casa, conformadas com as coisas que estão acontecendo. O medo pode ser uma forma bastante eficaz de desmobilização”

RAFAEL FORTES

Ai de quem quebrar a vidraça de um banco

Pablo Laignier¹

*Rafael Fortes é professor de Comunicação na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Entre suas áreas de interesse estão as relações entre mídia, política e direitos humanos. Em 2008, lançou o livro *Segurança pública, direitos humanos e violência, com entrevistas, artigos e documentos a respeito de uma chacina praticada por forças policiais em 2007 no Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro (RJ)*. Este livro revela uma preocupação com o modo como os direitos humanos são sistematicamente desrespeitados em nosso país. Atualmente, pesquisa o processo de mobilização para a realização da Conferência Nacional de Comunicação, no período 2007-2009. A pesquisa tem apoio do CNPq e da FAPERJ. Mantém, desde 2006, um blogue pessoal, *A Lenda* (<https://rafaelfortes.wordpress.com/>). Seu trabalho intelectual e sua produção acadêmica no campo da Comunicação Social são engajados com as questões relativas aos movimentos sociais.*

¹ Titular III do IBMEC e professor e pesquisador da UNESA. Doutor em Comunicação pela UFRJ (2013) com a Tese intitulada “Do funk Fluminense ao funk nacional: o grito comunicacional de favelas e subúrbios do Rio de Janeiro”, é também Mestre em Comunicação e Cultura e Jornalista formado pela mesma instituição, onde participa do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC/UFRJ) desde 2007. E-mail: pablolaignier@gmail.com

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Eu diria que lutar por um país justo e republicano. Na verdade, são muitos papéis: articular as pessoas que reivindicam direitos; organizar e articular lutas e demandas que recebem pouca atenção do Estado; ou, às vezes, lutas e demandas que recebem pouca atenção de partidos e sindicatos também. Houve mudanças nos últimos tempos. Houve um intenso e extenso processo de cooptação de movimentos e lideranças durante o período dos Governos do PT na Presidência da República. Isto fortaleceu as estruturas de alguns movimentos em termos de acesso a recursos públicos, a programas e tudo o mais; mas, por outro lado, também enfraqueceu, em alguma medida, a luta política, a capacidade de mobilizar, a combatividade, dentre outras coisas, de boa parte dos movimentos, com raras exceções. Acredito também que mudanças, sempre há. Surgem novas formas de luta; novos temas e questões se tornam mais visíveis; certos temas perdem um pouco da visibilidade que tiveram. Um bom exemplo é o movimento de mulheres, que reivindica uma porção de coisas há muitas décadas, mas as formas de lutar e de buscar visibilidade para as questões vão se renovando. Então, existem movimentos como a “Marcha das Vadias”; a luta pela legalização do aborto; manifestações contra feminicídio, cultura do estupro e tudo o mais. Estas questões afetam as mulheres há muitos anos, mas vão ganhando outras formas de luta e adquirindo nova visibilidade.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Eu diria que oscila entre a criminalização e a invisibilidade. Movimentos como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), assim como qualquer protesto de moradores da periferia, tendem a ser criminalizados. Eu diria também que quase todos tendem a ser silenciados. Então, esses movimentos existem, atuam, mas só se tornam visíveis nos meios de comunicação quando os veículos enquadram essas atuações por um viés criminalizante; ou quando acontece alguma chacina ou caso que, embora na prática seja regra, é tratado como se fosse exceção. No caso de crimes aqui do Rio de Janeiro, temos o sumiço do Amarildo (na Rocinha), o assassinato dos cinco garotos (em Costa Barros)... São noticiados como se fosse exceção a polícia praticar este tipo de coisa. Como se não houvesse um conjunto de movimentos sociais que há anos reivindicam um novo modelo de policiamento; o fim do extermínio da população jovem, negra e favelada; movimentos que denunciam cotidianamente torturas, abusos, crimes e tudo o mais. Quer dizer: constantemente estas coisas acontecem e os movimentos sociais as denunciam, mas os meios de comunicação tendem a silenciar a respeito.

Acredito que haja diferenças entre os veículos, mas pouca. Penso também que é preciso pesquisar para poder efetuar esta comparação; e isto não é algo que eu pessoalmente tenha feito. Penso que há diferenças em termos de linha editorial, de um veículo para outro; mais do que isso, talvez existam diferenças de sensibilidade e insensibilidade em relação a certos temas e questões. Reforma agrária, direitos reprodutivos das mulheres, combate ao racismo, combate à homofobia, são temas que podem receber tratamentos bem distintos num mesmo veículo.

Podemos pensar também, por exemplo, no quanto alguns destes temas são abordados com mais frequência nas novelas do que no telejornalismo, o que diz muito sobre a nossa forma de fazer jornalismo e de fazer novela. Uma série de questões sociais urgentes raramente é notícia no jornalismo, mas se tornam, em alguma medida, pauta na sociedade, porque são abordadas na novela. Ainda que, em tese, quem tenha a responsabilidade de retratar e discutir a realidade seja o jornalismo e não a novela. A questão das relações homoafetivas e da homofobia, por exemplo. É um tema que me parece ser pautado com mais frequência a partir de situações e personagens de novela do que do jornalismo.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

Sim. Me parece que o caso mais bem pesquisado no campo da Comunicação Social é o do MST. Existe um conjunto de trabalhos sobre o assunto, entre livros, pesquisas de Mestrado e Doutorado. Há, por exemplo, o livro da professora Christa Berger; o do Eduardo Ferreira de Souza; e outro que foi produzido pelo coletivo Intervozes. Então, pela importância que o MST possui e também pelo quanto ele foi criminalizado e apanha dos meios de comunicação há muitas décadas, possivelmente é o caso mais investigado, pelo menos na área de Comunicação Social.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Sim. São vinculados com a direita, com a agenda político-econômica neoliberal, com o atraso do ponto de vista dos direitos, da emancipação do povo e da soberania do país. Estes veículos, em geral, são alinhados com os interesses das multinacionais, da Casa Branca, do mercado financeiro. Eu diria que, atualmente, estes veículos sequer expressam as pautas do capitalismo produtivo; eles estão alinhados com o capitalismo financeiro. De um modo geral, eles defendem a supressão de direitos da população e dos trabalhadores, incluindo – como se pode observar nos últimos meses – o apoio amplo, geral e irrestrito às propostas do Governo Michel Temer, do PMDB.

Outro exemplo do quanto os veículos das corporações de mídia estão alinhados, em sua maioria, com os interesses da classe dominante, é a própria ausência de debate sobre uma série de questões importantes para a nossa sociedade. Costumo dizer em sala de aula: “não tem nenhuma lei afirmando que só pode haver debate sobre educação, saúde e transporte em época de eleição”. Ou seja, por que a gente tem só um mês de debate sobre estas questões a cada dois anos, quando elas poderiam ser discutidas todos os dias? Por que a gente não tem, todos os domingos à noite, programas de debate com especialistas, pessoas comuns, usuários de transporte, representantes de partidos políticos, para discutir os temas que afligem a nossa sociedade?

Um dos indícios de que os meios de comunicação não abordam as principais questões da população é esse: só temos debate em época de campanha eleitoral; no resto do tempo, fica parecendo que está tudo bem e que os partidos políticos, por exemplo, não possuem nenhuma proposta para apresentar a respeito dos problemas da nossa sociedade. Recuperando algo que já afirmei, eu diria que a consequência disso é que os movimentos sociais acabam oscilando entre fazer uma luta que é quase invisível; e, quando esta luta se torna visível, é porque ela está sendo criminalizada.

Nos principais meios de comunicação, ou o movimento social não existe ou ele e seus membros são tratados como bandidos, vândalos ou vagabundos. A Escola Nacional Florestan Fernandes do MST, em Guararema, no interior de São Paulo, funciona há anos e nunca é notícia, a não ser quando a Polícia Civil de São Paulo invade a Escola ameaçando atirar nas pessoas, para, em tese, cumprir dois ou três mandados de prisão. Porém, o funcionamento daquela escola, o MST construir uma escola com aquelas características, o que é ensinado lá: não são notícia.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Aqui (no Brasil), a cobertura quase sempre criminaliza. Eu não sei se em todos os outros países é assim. Um bom exemplo para se pensar como essa cobertura acontece – pelo menos dentro do Brasil –, e como tem sido razoavelmente diferente a cobertura entre veículos nacionais e alguns veículos estrangeiros, é o da recente Greve Geral de 28 de abril de 2017. Neste dia, houve uma imensa Greve Geral no Brasil. Aonde isto foi noticiado, em Língua Portuguesa, na internet? Em uma série de veículos da imprensa alternativa, blogues, Mídia NINJA etc.; no site do jornal *El País*, que pertence a uma corporação de mídia importante da Espanha, mas tem uma edição voltada para o Brasil, em Língua Portuguesa; e também em um site que é editado por um grupo de norte-americanos, chamado *The Intercept* (Brasil).

Nas corporações brasileiras de mídia, nos canais de televisão aberta, não apareceu a expressão “greve geral”. A cobertura jornalística dos acontecimentos daquela sexta-feira foi, possivelmente, a maior cobertura de trânsito da história do jornalismo brasileiro. As corporações de mídia passaram a sexta-feira inteira falando de problemas no trânsito das grandes cidades e no quanto isso estava prejudicando a vida das pessoas comuns que tentavam se deslocar de um lado para o outro. Quer dizer, esvaziando completamente o que estava acontecendo, ignorando que se tratava de um movimento político que defendia determinadas bandeiras, de uma resposta a uma série de ataques que estão sendo efetuados pelo Governo Temer, pelo Congresso Nacional, pelas corporações de mídia e pelo Supremo Tribunal Federal a direitos da população brasileira. Uma parte desta população foi às ruas dizer que não concorda com a supressão destes direitos. E os meios de comunicação deram foco a uma cobertura de trânsito.

Você já está citando os exemplos, de fato, mas peço que expresse de forma clara como isto que você está dizendo (este esvaziamento do conteúdo político pelos grandes meios de comunicação brasileiros) acaba, também, criminalizando os movimentos sociais.

Por exemplo: quando protestos, ocupações – sejam ocupações de fazenda, sejam ocupações de prédios abandonados, sejam ocupações de escritórios de órgãos públicos – são apresentados única e exclusivamente a partir de um viés de vandalismo, sem, em momento algum, se dizer o que estas pessoas estão reivindicando, por que que elas estão fazendo a ocupação, o que leva as pessoas a se organizarem para tomar este tipo de atitude como uma forma de luta para pressionar o Estado e chamar a atenção para um problema. No caso das greves, por exemplo, da Polícia Federal, é impressionante como raramente são noticiadas as reivindicações dos trabalhadores.

A ênfase é sempre nas coitadas das famílias que estão com a sua viagem para a Disney ameaçada porque a emissão de passaportes vai atrasar. Quando os trabalhadores do INSS estão em greve, não se apresenta o que eles estão reivindicando, mas sim que os idosos estão sendo prejudicados, porque o atendimento está suspenso. As más condições de trabalho diárias, a falta de concursos públicos, uma série de problemas que levam às greves não são notícia cotidianamente, nem quando se está em greve.

É muito comum se apresentar qualquer tipo de reivindicação como um ato de vandalismo, de violência, de depredação. É impressionante como qualquer medida contra a propriedade parece causar muito mais irritação nos meios de comunicação, nos comentaristas da *Globo News*, do que vários crimes que são cometidos contra a vida. Assim, a polícia matar pessoas, a polícia torturar jovens é algo relativamente tranquilo; mas ai de quem quebrar a vidraça de um banco!

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

A importância é imensa, né? Acho que a gente pode perceber isso, por exemplo, pela dificuldade de se fazer avançar um debate sobre reforma agrária ou legalização do aborto, das drogas e do casamento homoafetivo. Aliás, pela dificuldade para sequer abordar estes assuntos. Não existe na sociedade brasileira um debate sobre legalização das drogas, do aborto e do casamento homoafetivo. Então, é óbvio que a imprensa é muito importante, na medida em que ela quase sempre silencia (sobre determinados assuntos). E quando (os) aborda, o faz criminalizando. Isso contribui para que os movimentos sociais tenham muita dificuldade de participar das discussões e de fazer avançar as suas pautas e reivindicações.

Com relação às estratégias de comunicação, existem muitas e os movimentos sociais já adotam essas estratégias. Então, de novo, se a gente pega o caso do MST – que é organizado há muito tempo e também apanha das corporações de mídia há muito tempo como nenhum outro movimento social –, não por acaso, ele me parece o mais avançado nisso. O MST produz jornal, revista, programas de rádio, tem um site, envia boletim de notícias... Enfim, possui uma série de mecanismos de comunicação direta. Cada vez que acontece uma ocupação, uma chacina, qualquer notícia que pauta o MST nos meios de comunicação pelo viés da criminalização, rapidamente pode entrar no site do MST e você vai ter acesso a uma nota, apresentando o ponto de vista do movimento. Acho que os problemas são de outra natureza: é como financiar isso, como produzir.

É caro produzir comunicação. É caro fazer vídeo, televisão, jornal e revista. É caro distribuir. Mas há muita coisa sendo feita. Eu diria que os movimentos sociais produzem muita comunicação. O que não há, por exemplo, no caso do audiovisual, é como exibir. Você pode botar o vídeo lá no seu site e no *Youtube*, divulgar em redes sociais. Mas as emissoras de rádio e de televisão aberta, que são concessões públicas, ignoram essa produção. Elas ignoram a Constituição.

A Constituição afirma que uma parte da programação deve se destinar a fins culturais e educativos; que parte da programação precisa ser independente. Mas essa imensa produção audiovisual, de comunicação, de programas de rádio e entrevistas dos movimentos sociais não entra na grade de programação das emissoras de rádio e de televisão. E quando a gente vê uma experiência como a do programa Direito de Resposta (do coletivo de Comunicação Intervenções), percebe-se a riqueza de produções audiovisuais desses movimentos sociais e o quanto existe de acúmulo em determinadas discussões. Existe uma série de propostas consistentes para tentar resolver ou diminuir determinados problemas da nossa sociedade, mas isso simplesmente não tem espaço nos canais de televisão aberta. Na verdade, para mim, a leitura dos artigos 220 a 224 da Constituição Federal de 1988 e a exibição de alguns episódios do programa Direitos de Resposta deveriam ser conteúdo obrigatório de todo curso de Comunicação Social no Brasil.

Passados quase dez anos desde o lançamento do livro “Segurança Pública, Direitos Humanos e Violência”, organizado por você e com textos seus e de outras pessoas – sobretudo com entrevistas que você fez com defensores dos Direitos Humanos. O livro saiu em 2008 e nós estamos em 2017: o que mudou no que se refere ao modo como o Estado conduz as políticas públicas de segurança, no caso específico do Rio de Janeiro?

Eu diria que pouco mudou e nada mudou. Deixa eu explicar melhor. Pouco mudou: houve o projeto das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora, no Rio de Janeiro), que significou alguma mudança no policiamento e uma redução dos tiroteios nas áreas que receberam as UPPs. Por que eu estou dizendo que pouco mudou? Porque, na verdade, isso corresponde a uma pequena área, a um pequeno número de favelas do Estado do Rio de Janeiro. As UPPs são uma política pública estadual.

O Rio de Janeiro tem 92 municípios, mas curiosamente esta política pública só acontece em um deles, a capital. E mesmo dentro dela, a ampla maioria das áreas não fez parte deste projeto das UPPs. Então, para as áreas que receberam a UPP, houve uma certa mudança, com uma redução da frequência e da intensidade dos conflitos armados. Na maior parte da cidade, o padrão continuou o de sempre: operações policiais extremamente violentas. Portanto, nada mudou: em todas as regiões que não foram agraciadas com as UPPs, o que significa a maior parte do município do Rio de Janeiro e todos os outros municípios do Estado. Nestas áreas, o padrão de atuação da polícia são operações policiais violentas, como a chacina (do Pan, ocorrida no Complexo do Alemão, em junho de 2007) que deu origem ao livro.

De que modo esta conduta do Estado apresenta elementos de um regime de exceção, como uma ditadura, na repressão à liberdade de expressão dos movimentos sociais?

De diversas formas. Por exemplo: Já em 2007 – e isso continua acontecendo até hoje –, muitas operações policiais recebiam previamente um mandado de busca coletivo por parte de juízes, o que significa que o juiz autoriza os policiais a entrarem em qualquer casa de um determinado bairro ou de um conjunto de bairros. Evidência maior de arbítrio não há. Você parte do pressuposto de que todos que moram em uma certa área são suspeitos. Mas, evidentemente, mandados de busca coletivos não são autorizados quando a polícia atua no Leblon ou na Barra da Tijuca, para arbitrariamente poder entrar nos apartamentos de um prédio de luxo, porque todos os moradores são suspeitos. Existem desde evidências concretas e recorrentes de uma atuação de exceção como essas, até outras mais específicas, como no caso de movimentos sociais e principalmente da área de cultura.

Existe alguma relação entre o processo de criminalização da pobreza e a recente criminalização dos movimentos sociais no Brasil?

Eu tendo a achar que sim. Faz parte do mesmo projeto. Existe uma criminalização geral da pobreza. E a partir daí, particularmente perigosos são os pobres que não se conformam com a vida que levam e com as condições da nossa sociedade e resolvem reivindicar coisas básicas como: terra para plantar, moradia, um transporte público que tenha alguma qualidade e não custe uma fortuna. Existem vários eixos de criminalização que podem caminhar em separado ou se sobrepôr: criminalização da pobreza em geral; criminalização dos movimentos sociais; e, em alguma medida, um processo de criminalização da política. Da atividade política, não só no sentido partidário e eleitoral, mas como possibilidade de debate e disputa de projetos sobre qual sociedade a gente quer. Percebe-se isso quando se vê Presidente da República, governadores e prefeitos se referirem pejorativamente a algum protesto, manifestação ou greve, dizendo que é um movimento político. Como se ser político significasse ter segundas intenções e ser menos legítimo, quando, na verdade, é algo bastante óbvio: uma greve é um movimento político.

Mas quando o Governador acusa os professores de estarem fazendo um movimento político, isso significa que, nas entrelinhas, ele está dizendo que os professores estão apenas fazendo uma luta política contra o partido de quem está no Governo do Estado. O que é também uma maneira de não debater as condições de trabalho desses professores, quais as reivindicações da greve, quanto é o salário que esses funcionários da rede pública recebem. Existe, sim, um processo de criminalização da pobreza e, dentro dele, quem se propõe a lutar por direitos tende a ser particularmente mais criminalizado. É impressionante a quantidade de lideranças de movimentos sociais que já foram presos, que respondem a processos e tudo o mais.

Comente a forma como, no Rio de Janeiro, não apenas os movimentos sociais, mas também os movimentos culturais vêm sendo criminalizados nos últimos vinte anos. Cite Exemplos.

Posso falar, por exemplo, da criminalização do funk. De uma série de problemas que houve, inclusive nas áreas de UPP – onde, em tese, as coisas foram “pacificadas”. É muito curioso que o funk seja considerado uma atividade criminosa por muita gente e, frequentemente, pela própria polícia. Quando a UPP entrou numa área, uma das primeiras providências foi proibir a realização de bailes funk. Vários jovens que eram MCs e lideranças de determinadas comunidades foram ameaçados de morte. Isto ocorreu *após* a implantação das UPPs. No Complexo do Alemão e no Santa Marta, por exemplo, houve casos públicos de MCs sofrendo ameaças por parte de policiais. Houve não só uma proibição dos bailes em muitas dessas comunidades, mas em alguns casos até uma proibição de se tocar funk.

Num debate que assisti, anos atrás, o Rômulo Costa, dono da equipe Furacão 2000, relatou que estava numa festa de aniversário na Cidade de Deus, pouco tempo depois da implantação da UPP, e em determinado momento a polícia chegou e mandou desligar a música, porque o que estava tocando era funk. De onde se subentende que se estivesse tocando pagode, sertanejo ou música clássica, tudo bem; mas funk não pode. Na verdade, eu não sei se está aumentando o processo de criminalização ou se a repressão é a mesma que sempre houve, só que como há mais gente se organizando e protestando, fica parecendo que existe mais repressão.

O caso do funk é o mais óbvio, mas existem diversos direitos básicos que são constantemente desrespeitados (no Rio de Janeiro). Dependendo da sua cor da pele e da linha de ônibus em que está, você pode tomar uma “dura” da polícia, ser expulso do ônibus e mandado de volta para casa, porque você está se deslocando para um bairro de praia e não tem dinheiro para a passagem de volta. A própria necessidade de surgir um movimento como a APAFunk (Associação de Profissionais e Amigos do Funk) evidencia o quanto é difícil trabalhar com funk. O quanto uma atividade que é a principal expressão cultural da população jovem do Rio de Janeiro, além de ser também uma das principais formas de lazer da juventude pobre do Rio de Janeiro, o tempo todo precisa encontrar meios para sobreviver e poder existir.

A gente lê – de novo, em veículos como *El País*, *The Intercept* – notícias de donos de equipe de som que têm suas caixas de som destruídas pelo Caveirão, que entra, passa por cima e simplesmente destrói as coisas. Parece que o Estado não consegue lidar de uma forma minimamente razoável com determinadas manifestações. Quando entra, é para proibir ou para criminalizar. A gente tem uma história disto no Rio de Janeiro: de repressão a manifestações culturais da juventude pobre, negra, favelada. A capoeira já foi reprimida, o samba também. As galeras de baile funk já foram reprimidas.

Muito provavelmente outras práticas que vierem, se feitas por estes grupos – ou enquanto feitas apenas por eles –, criminalizadas serão. Quando se espalharem para outros lugares do país ou para as classes média e alta, deixarão de ser criminalizadas. É o caso do samba e da capoeira. Não por coincidência, quando estas duas práticas se disseminam para outros espaços e camadas da nossa sociedade, elas deixam de ser criminalizadas. A capoeira hoje é tratada como um dos principais mecanismos de divulgação cultural do Brasil no exterior. A partir do Governo Lula, o incentivo a aulas e a mestres de capoeira no exterior faz parte de políticas públicas do Ministério das Relações Exteriores, porque se percebeu que isto é uma das principais maneiras de atrair o interesse das pessoas para o Brasil e para a cultura brasileira. E esta mesma prática era criminalizada quando praticada só por jovens negros da periferia.

E o excesso de repressão do Estado pode ser eficaz para combater a criminalidade?

Tendo a acreditar que não, mas tenho a sensação de que a maioria das pessoas responderia “sim”. Se com mais repressão, mais polícia, armas mais potentes e mais tiros a gente combatesse a criminalidade, o crime já teria acabado no Rio de Janeiro. Quando eu era criança, na década de

1980, até um determinado momento – acho que até a primeira metade dos anos 1990 – os policiais só podiam usar em serviço as armas que eram fornecidas pela própria polícia. Na prática, isto significava um revólver 38. E eu me lembro que havia duas discussões muito fortes: uma, de que era preciso colocar armas mais poderosas a serviço dos policiais, porque os traficantes contavam com essas armas – fuzis, metralhadoras, granadas e tudo o mais. E havia uma segunda discussão, também, que era liberar o uso, em serviço, de armas particulares dos policiais. O agente recebe um revólver 38 da polícia, mas ele tem uma pistola 45. Então, ele pode usar, no policiamento, a própria 45. E o argumento era que, quando a polícia tivesse as mesmas armas dos traficantes, a criminalidade no Rio de Janeiro iria diminuir. Me parece mais do que evidente que não diminuiu; os tiroteios matam muito mais gente, porque as armas têm um poder de fogo maior; e continuamos sem discutir, nem investigar, quem é que vende estas armas para os traficantes.

E por que combater movimentos sociais? Em que medida isso fere os direitos humanos?

Bom, eu acho que seria mais adequado perguntar para quem combate, né? Tenho a sensação de que é para manter o *status quo*. Então, quando há uma repressão bizarra, como houve na Cinelândia por volta das cinco e meia da tarde do dia 28 de abril (de 2017), tem ali um bom exemplo: haveria um ato de protesto contra as propostas de reforma da previdência e trabalhista do Governo Temer. E a polícia simplesmente inviabilizou o ato, em uma estratégia de guerra preventiva contra as pessoas que estavam indo para as ruas tentar reivindicar direitos. Na verdade, neste momento é mais do que manter o *status quo*: a gente vê uma ofensiva da direita para acabar com uma série de direitos, aproveitando uma conjuntura política bastante complicada.

Você tem um Governo ilegítimo, um Congresso bastante corrompido e que presta pouca conta, à população, das coisas que vota e aprova. Portanto, acredito que é um objetivo, mas também uma necessidade, dada a agressividade dessas reformas e das políticas que têm sido colocadas em prática nos últimos anos no Brasil. É óbvio que os protestos vão aumentar. Aumenta o desemprego, existem muitos funcionários públicos sem receber salários, com os salários atrasados. É óbvio que a resistência e os protestos vão aumentar. E aí, só com muita repressão para manter essa população enquadrada. É importante dizer também que esses processos podem ser um pouco mais violentos, um pouco mais graves nesse momento; mas a repressão foi bastante grande durante os Governos Dilma e Lula. Parte das leis que estão sendo usadas hoje para enquadrar e criminalizar movimentos sociais e lideranças foram propostas pelo Governo Dilma e aprovadas com a maioria daquele governo no Congresso. Por exemplo, a Lei Antiterrorismo. Particularmente aqui no Rio de Janeiro, a conjuntura política atual aponta para

um Governo do Estado que já foi cassado pela Justiça Eleitoral em nível estadual e está aguardando julgamento do recurso no Tribunal Superior Eleitoral.

Um Governo que atrasa os salários, inclusive dos próprios policiais que reprimem os manifestantes... É óbvio que numa situação caótica dessas, do ponto de vista social, só com muita repressão para manter as coisas razoavelmente sob controle. Um outro dado que me parece interessante é que pode faltar vacina ou gaze nos postos de saúde; pode faltar merenda, giz ou salário para professores e merendeiras nas escolas; mas nunca falta bomba, bala de borracha e de chumbo para a polícia reprimir as manifestações. A gente conhece episódios no Rio de Janeiro de cirurgias serem suspensas num hospital porque não havia fio e material cirúrgico para dar os pontos; mas eu desconheço qualquer episódio de manifestação política, como um protesto de moradores de periferia contra o assassinato de criança, em que a polícia não tenha conseguido reprimir porque faltou combustível para o Caveirão ou porque faltou bala ou bomba para atirar na população.

E em que medida esse combate aos movimentos sociais fere os Direitos Humanos?

Em muitas medidas. As pessoas sofrem vários tipos de violência física – apanhar, levar tiros – têm complicações de saúde por conta de alergia a gás lacrimogêneo. Outros têm pico de pressão alta e começam a passar mal, porque precisam correr para fugir da confusão. Um exemplo é essa repressão, que no dia 28 (de abril de 2017) foi no Centro da cidade, mas é o padrão corriqueiro nas favelas, e que viola os direitos de todos os cidadãos. Na hora em que a polícia “passa o rodo”, todo mundo vira vítima: trabalhadores, estudantes, vagabundos, vândalos, gente que simplesmente estava passando pelo lugar (as categorias podem se misturar um pouco, né?).

Na hora em que a repressão é ampla, geral e irrestrita, você pode ser reprimido simplesmente por morar numa determinada favela ou por estar no centro da cidade, independentemente do que você está fazendo lá. Aliás, isso é um bom exemplo de algo que certas pessoas não conseguem entender: Direitos Humanos são de todos, não dizem respeito a algum grupo. Mesmo direitos básicos, como privacidade e inviolabilidade do lar, são cotidianamente desrespeitados pelo próprio Estado nas operações policiais que acontecem nas favelas. As pessoas têm as suas casas invadidas, seus bens roubados, como se vivessem num território inimigo pronto a ser pilhado como botim de guerra. Então, isso é rotina, mas afeta de maneira desigual, dependendo do bairro, da cor da pele que a gente tem, da aparência. Penso que também existe um caráter pedagógico na ação de criminalizar: sinalizar que não é para lutar. É para se conformar.

Considerações finais

Eu gostaria de dizer que perseguir as lideranças e quem se mobiliza é uma maneira de tentar manter as pessoas em casa, conformadas com as coisas que estão acontecendo. O medo pode ser uma forma bastante eficaz de desmobilização.

E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos,

PAULO FREIRE (Pedagogia do Oprimido)



Universidade de Brasília

